

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAS**

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

**IMPARIDADE DE ACTIVOS E O IMPACTO DA SUA APLICAÇÃO**

Autor: CÉLIO EMANUEL MONTEIRO GONÇALVES

Praia, Maio de 2012

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAS**

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

**IMPARIDADE DE ACTIVOS E O IMPACTO DA SUA APLICAÇÃO**

Autor: CÉLIO EMANUEL MONTEIRO GONÇALVES

Orientador: NILSON BAPTISTA

Praia, Maio de 2012

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a deus, pela força espiritual.

Aos meus pais e à minha avó, pelo apoio, amizade e carinho.

Aos meus irmãos, pelo incentivo e apoio demonstrado.

Ao meu orientador, pela paciência e incentivo.

Aos amigos, colegas e professores, pela ajuda.

A todos, e sem mencionar nomes o meu obrigado.

## **RESUMO ANALÍTICO**

O presente trabalho tem como objectivo, por um lado, debruçar sobre a Norma de Relato Financeiro que trata de imparidade de activos (NRF 17), e, por outro lado, identificar os possíveis impactos decorrentes da sua aplicação. Assim, depois de todo o desenvolvimento teórico da Norma, foi então realizado um estudo de caso, a fim de analisar e identificar os possíveis impactos. Os principais resultados indicam que a aplicação da NRF 17 tem tido um impacto significativo, visto que, essa norma ainda não é aplicada pela maioria das empresas, os contabilistas, assim como as empresas necessitam de maior qualificação no que diz respeito a essa matéria, e também, constata-se que a sua aplicação tem muito impacto nos activos como nas fases do processo contabilístico. Conclui-se também que, das que aplicam a norma, a sua maioria tem identificado activos com imparidade e que essa aplicação tem dado contributo positivo na qualidade das demonstrações financeiras (DF).

Palavras-chave: NRF 17, IAS 36, SNCRF, IASB, Impactos

# ÍNDICE

ÍNDICE DE ABREVIATURAS .....	IV
LISTA DE TABELAS .....	V
LISTA DE FIGURAS .....	VI
LISTA DE GRÁFICOS .....	VII
INTRODUÇÃO .....	8
CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	11
1.1. Enquadramento da Normalização Contabilística .....	11
1.1.1. Vantagens da Normalização contabilística.....	13
1.1.2. Norma Contabilística Internacional.....	13
1.1.3. Norma Contabilística Nacional .....	15
1.2. Tratamento Contabilístico da NRF 17 .....	16
1.2.1. Objectivo e Âmbito da Norma de Imparidade .....	16
1.2.2. Definições dos Termos Relacionados com a NRF 17 .....	17
1.2.3. Identificação de um Activo que possa estar com Imparidade .....	19
1.2.4. Mensuração da Quantia Recuperável .....	22
1.2.5. Reconhecimento e Mensuração de uma Perda por Imparidade.....	24
1.2.6. Unidades Geradoras de Caixa .....	24
1.2.7. Reversões de Perdas por Imparidade.....	25
1.2.8. Divulgação .....	26
1.2.9. Comparação SNCRF vs PNC.....	28
CAPÍTULO II. ESTUDO EMPÍRICO .....	30
2.1. Enquadramento.....	30
2.2. Metodologia .....	30
2.3. Resultado e análise.....	32
CONCLUSÃO .....	38
BIBLIOGRAFIA.....	40
ANEXOS.....	42

## ÍNDICE DE ABREVIATURAS

<b>AFT</b>	Activos Fixos Tangíveis
<b>DR</b>	Demonstração dos Resultados
<b>DF</b>	Demonstrações Financeiras
<b>EC</b>	Estrutura Conceptual
<b>IASCF</b>	International Accounting Standards Committee Foundation
<b>IASB</b>	International Accounting Standards Board
<b>IFRS</b>	International Financial Reporting Standards
<b>IFRIC</b>	International Financial Reporting Interpretation Committee
<b>IFRI</b>	International Financial Reporting Interpretation
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>NRF</b>	Norma de Relato Financeiro
<b>PNC</b>	Plano Nacional de Contabilidade
<b>SAC</b>	Standards Advisory Council
<b>SNCRF</b>	Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro
<b>UGC</b>	Unidade geradora de caixa
<b>§</b>	Parágrafo

## LISTA DE TABELAS

Tabela I – Indicadores de Imparidade .....	21
Tabela II - SNCRF vs PNC .....	28
Tabela III - Dimensão da População e Amostra.....	31
Tabela IV - Proporção das Empresas que aplicam o NRF 17 .....	32
Tabela V - Identificação de ativos com imparidades .....	33
Tabela VI - Proporção de empresas preparadas .....	33
Tabela VII - Impacto aplicação da NRF 17 nos ativos fixos tangíveis .....	35
Tabela VIII - Impacto aplicação da NRF 17 nos activos intangíveis.....	36
Tabela IX - Impacto da aplicação da NRF 17 nas fases do processo contabilístico .....	36
Tabela X - Impacto da aplicação da NRF 17 na Qualidade das D.F.....	37

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Composição do IASCF .....	15
Figura 2 - Indícios de Imparidade .....	22



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico I - Nível de preparação das empresas.....	34
Gráfico II - Nível de preparação dos Contabilistas Certificados.....	35

## INTRODUÇÃO

O trabalho que se segue surge no âmbito de um trabalho de fim de curso ministrado pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE) para a obtenção de grau de licenciatura em Contabilidade e Administração (ramo Controlo financeiro).

### **Enquadramento e justificação do Tema**

Com a introdução do novo sistema normativo contabilístico em Cabo Verde, as empresas, os contabilistas, os professores, os estudantes, os auditores e as demais pessoas ou entidades que lidam com a contabilidade e o relato financeiro irão sentir a necessidade de informação e de formação no que diz respeito às novas práticas contabilísticas.

No entanto, este sistema exige, claramente, uma mudança na forma de pensar e de encarar a contabilidade e o relato financeiro.

Face a evolução que vem acontecendo no mundo a nível da contabilidade e de relato financeiro, Cabo Verde não ficou alheio a essa tendência e optou por introduzir um novo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), que veio harmonizar as normas de contabilidade de Cabo Verde dotadas de um conjunto de demonstrações financeiras estruturadas e códigos de contas de referência, ao que se acresceu uma estrutura conceptual e um conjunto de normas a que se deu o nome de Normas de Relato Financeiro (NRF).

Sendo a NRF 17 – Imparidade de activos, uma das normas introduzidas nesse normativo, então, neste sentido, escolhemos como tema do nosso trabalho a Imparidade de Activos e o Impacto da sua aplicação, visto que, no nosso entender essa norma tem sido objecto de escassa investigação académica. Neste modo, entendemos realizar este trabalho a fim de preencher a lacuna que consideramos existente nessa área de investigação.

Com o Trabalho iremos responder a seguinte pergunta de partida: Quais os possíveis impactos decorrentes da aplicação da NRF 17 ?

### **Objectivo geral**

Este trabalho tem como objectivo geral debruçar sobre a imparidade de activos e identificar o impacto da sua aplicação.

### **Objectivos específicos**

Visando o objectivo referido no ponto anterior, propomos, nomeadamente:

- Debruçar sobre a imparidade de activos;
- Mostrar a norma que trata sobre a imparidade de activos- NRF 17, com enfoque especial sobre as regras contabilísticas aplicáveis a esta Norma;
- Identificar os possíveis impactos decorrentes da aplicação da NRF 17.

### **Estrutura do trabalho**

#### **Capítulo I - Enquadramento Teórico**

Este capítulo destina-se ao desenvolvimento geral do trabalho, tendo como propósito revisar a bibliografia citada sobre o assunto em questão. Começamos então por enquadramento teórico, partindo do enquadramento da normalização contabilística, enunciando as suas vantagens, dando sequência depois à normalização contabilística internacional e nacional. Em seguida, debruçamos sobre o tratamento contabilístico da imparidade de activos, tendo como suporte principal a NRF 17.

#### **Capítulo II - Estudo Empírico**

Neste capítulo será evidenciado o objectivo do nosso estudo, a metodologia e a definição de amostra, e também será destinada à análise e apresentação dos resultados provenientes da aplicação de um questionário com o objectivo de analisar e identificar os possíveis impactos decorrentes da aplicação da NRF 17.

## **Conclusão**

Por fim, serão apresentadas as conclusões do estudo, a fim de se identificar os possíveis impactos decorrentes da aplicação da NRF 17; também, as limitações encontradas no desenvolvimento do nosso trabalho, recomendações, contribuições e toda a bibliografia utilizada para a elaboração deste trabalho.

## **Metodologia**

A metodologia usada para a elaboração do trabalho compreende duas fases:

- A primeira fase compreenderá a recolha e selecção bibliográfica necessária. Incidirá sobre livros especializados enquadrados com o tema. No entanto, grande parte da bibliografia pesquisada será em livros, artigos científicos e em sites disponíveis na Internet. Tendo em conta a diversidade das fontes de informação, o processo de pesquisa bibliográfica deve ser acompanhado por uma selecção cuidada, de modo a segregarmos apenas a informação relevante;
- A Segunda fase será usada para o Estudo às empresas de Contabilidade na ilha de Santiago, usando o método Inquérito por Questionário, delimitando o universo e amostra da pesquisa. O tratamento de dados, em particular os obtidos através da aplicação do questionário, será utilizado o programa estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences).

## **CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **1.1. Enquadramento da Normalização Contabilística**

A contabilidade como processo de recolha, análise, registo e interpretação de tudo o que afecta a riqueza das unidades económicas, é um dos mais poderosos suportes de informação para a gestão.

As informações dadas pela contabilidade ultrapassam, em larga escala, o âmbito da empresa e dos seus mais directos colaboradores<sup>1</sup>, revestindo interesse para um vasto conjunto de utilizadores. Sendo assim, será fundamental que as informações contabilísticas sejam obtidas a partir de métodos e procedimentos comumente conhecidos e aceites, de modo a que se elaborem documentos susceptíveis de interpretação e comparáveis com os de outras unidades.

Tal necessidade exige a adopção de uma metodologia semelhante na recolha e tratamento de dados, sem o qual a comparabilidade das informações recolhidas será posta em causa.

Será então necessário, definir um conjunto de princípios e critérios a serem uniformemente seguidos pelas diversas unidades económicas na execução da sua contabilidade. Nesse caminho, deverão definir-se regras no que respeita a nomenclatura das contas, ao seu âmbito e movimentação, às regras de valorização dos elementos, à determinação dos resultados e à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

A globalização dos negócios levou a que a informação contabilística tenha cada vez mais um carácter global e universal, dados os diferentes interessados nas informações financeiras proporcionadas pelas empresas, em particular os investidores e financiadores, se posicionarem em locais distintos do globo.

---

<sup>1</sup> Investidores, credores, financiadores, fisco, estatísticas nacionais e sectoriais, etc.

Por essa razão, tem-se deparado nos últimos anos a um crescente movimento de normalização contabilística, assente numa estrutura conceptual<sup>2</sup> que procura dar significado e sentido ao conteúdo e a maneira como as demonstrações financeiras são elaboradas e divulgadas.

Assim, a normalização contabilística, consiste na definição de um conjunto de regras e princípios que visam a:

Elaboração de um quadro de contas que devam ser seguidas pelas unidades económicas;

- Definição de regras de mensuração e de reconhecimento dos elementos das demonstrações financeiras;
- Definição de conteúdo, regras de movimentação e articulação das contas definidas nesse quadro;
- Concepção de mapas-modelo para as demonstrações financeiras a ser divulgadas pelas unidades económicas;
- Definição dos princípios contabilísticos que devam ser seguidos na contabilidade das diversas entidades económicas.

Neste modo, normalizar consiste em criar uma metodologia comum a ser seguida pelas unidades económicas visando, fundamentalmente, a comparabilidade das informações inter-unidades, a universalidade dos dados recolhidos e a sua compreensibilidade pelos diversos agentes económicos (Borges, Rodrigues e Rodrigues, 2005).

A normalização, segundo Santos (2006), “visa igualar todos os aspectos da função técnica contabilística, não deixando quase nada ao acaso, ou seja, ao arbítrio do profissional contabilístico”.

Para Borges e ferrão (2000), o conceito de normalização contabilística, pode ser entendido como o processo dinâmico, que visa a adequação da realidade contabilística face às mudanças de meio envolvente económico-financeiro, que rodeia as unidades económicas.

---

<sup>2</sup> Destina-se a enunciar as grandes linhas orientadoras do SNCRF em geral e das NRF em particular.

De acordo com Nabais e Nabais (2005), devido aos vários factores e circunstâncias, sentiu-se a necessidade de uma regulamentação geral de organização contabilística da empresa, de modo a que todos “falassem” a mesma língua e obedecessem às mesmas leis. Então, é adoptada a normalização contabilística, que é, a uniformização dos métodos e processos contabilísticos.

### **1.1.1. Vantagens da Normalização contabilística**

As vantagens da normalização contabilística segundo Baptista e Dias (1997), situam-se em vários planos, nomeadamente:

- No plano da empresa<sup>3</sup>, as empresas passarão a dispor de estatísticas de sector que mostrarão a sua posição relativa. Isto permitirá a elaboração dos seus planos estratégicos, com uma maior ideia do meio envolvente, logo com muito maiores probabilidades da sua execução;
- No plano da profissão do técnico de contabilidade, passará a dispor de um código de regras e procedimentos. Isto faz com que o seu trabalho seja facilitado e mais eficiente;
- No plano do ensino, proporcionará orientações menos discutíveis, evitando perdas de esforços e tempo em discussões desnecessárias;
- No plano da análise macroeconómica, passa a dispor de instrumentos de análise e previsão mais correctos e eficazes;
- No plano da tributação fiscal, passa-se a dispor de um controlo mais fácil dos elementos que servem de base ao estabelecimento da tributação das empresas.

### **1.1.2. Norma Contabilística Internacional**

---

<sup>3</sup> Constitui a empresa a organização de factores humanos, materiais e jurídicos, destinada ao exercício profissional, pelo empresário seu titular, de uma actividade económica com o objectivo de produção ou troca de bens ou de serviços (Código das empresas comerciais e registo das firmas, 2003).

Segundo Borges, Rodrigues e Rodrigues (2005), em 29 de junho de 1973 os órgãos reguladores dos sistemas contabilísticos de dez países (França, Canadá, Reino Unido, Estados Unidos, Austrália, Alemanha, Japão, Holanda, Irlanda e México) acordaram em constituir um órgão supranacional, que se designou por IASC (International Accounting Standards Committee), com vista a elaborar normas de aplicação mais universal.

Tinha então, o IASC como objectivos:

- Formular e publicar normas de contabilidade para serem observadas na apresentação de demonstrações financeiras e promover a sua aceitação e divulgação a nível mundial;
- Trabalhar para a melhoria e harmonização contabilística com vista a garantir a comparabilidade da informação financeira preparada e emitida pelas entidades, independentemente do país em que tal ocorra.

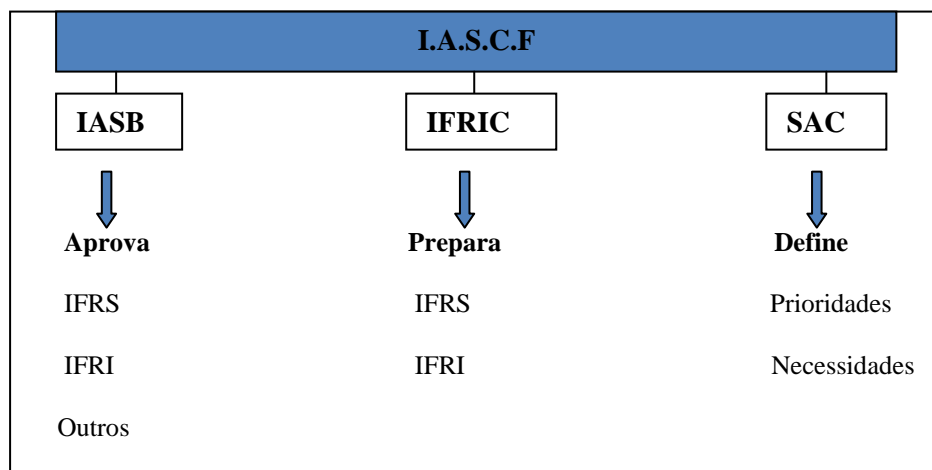
As normas emitidas pelo IASC denominavam-se IAS (International Accounting Standards).

O progressivo crescendo de influência nos sistemas contabilísticos mundiais, a par do aumento de importância do IASC, levou a que no ano de 2001 se procedesse a significativas alterações na sua estrutura e no seu funcionamento, passando a denominar-se por IASCF (International Accounting Standards Committee Foundation) e a ter a seguinte composição:

- IASB – International Accounting Standards Board, com a missão de aprovar e emitir novas normas de contabilidade e actualização das existentes. As normas de contabilidade que venham a ser aprovadas pelo IASB passam a designar-se por IFRS (International Financial Reporting Standards), em vez da anterior IAS, a qual se mantém para as normas anteriormente aprovadas.
- IFRIC – International Financial Reporting Interpretation Committee, responsável para interpretar a aplicação das normas e propor ao IASB interpretações para aprovação e divulgação pública.
- SAC – Standards Advisory Council, que tem como missão definir prioridades e identificar novas necessidades em relação ao normativo contabilístico mundial.



Esquemáticamente segue a composição deste organismo internacional de normalização contabilística:



**Figura 1 – Composição do IASCF**

### **1.1.3. Norma Contabilística Nacional**

Segundo Almeida (2009), a reestruturação do normativo contabilístico cabo-verdiano deve-se a evolução que vem acontecendo no mundo a nível da contabilidade e do relato financeiro<sup>4</sup>.

Então, com o objectivo de acompanhar os desenvolvimentos havidos nas directivas internacionais quanto à qualidade<sup>5</sup> da informação financeira, o Decreto-lei nº 5/2008, de 5 de Fevereiro, veio modernizar e introduzir um Novo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) para Cabo Verde em substituição do Plano Nacional de Contabilidade (PNC) proposto pela Comissão de Modernização Contabilística em 2007.

O SNCRF teve em consideração “a previsível evolução do sistema fiscal, a modernização do tecido económico do país e do mercado de capitais, bem como a

<sup>4</sup> Também entendido como informação contabilística.

<sup>5</sup> Compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade.

preocupação de melhorar a qualidade das demonstrações financeiras e do relato financeiro das empresas, como o factor de credibilidade ao funcionamento da economia real em Cabo Verde”.

Embora, sendo obrigatório para diversas entidades, o SNCRF para Cabo Verde não é ainda de aplicação geral, já que para as empresas do sector financeiro, segurador, previdência social e bancário, aplicam-se planos de contabilidade específicos.

É de realçar que também foi criada a Comissão Nacional de Normalização Contabilística pelo Decreto-Lei nº 43/2008 de 1 de Dezembro de 2008 ao qual é responsável pelo acompanhamento do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

## **1.2. Tratamento Contabilístico da NRF 17**

Esta norma de relato financeiro tem por base a Norma Internacional emitida pelo IASB sobre imparidade de activos.

### **1.2.1. Objectivo e Âmbito da Norma de Imparidade**

Em conformidade com o § 1 da NRF 17 (ALMEIDA, 2009), o objectivo desta norma “é o de prescrever os procedimentos que uma entidade deve aplicar para assegurar que os seus activos sejam escriturados por não mais do que a sua quantia recuperável”.

“Um activo<sup>6</sup> é escriturado por mais do que a sua quantia recuperável se a sua quantia escriturada exceder a quantia a ser recuperada através do uso ou venda do activo”. Se assim for o caso, o activo é descrito como estando com imparidade e a norma exige que

---

<sup>6</sup> Segundo EC do SNCRF (Almeida, 2009), é definido como recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros.

a entidade reconheça uma perda por imparidade. A norma especifica também as circunstâncias em que uma entidade deve reverter uma perda por imparidade e prescreve divulgações.

Indo ao encontro do âmbito, esta norma deve ser aplicada na contabilização da imparidade de todos os activos, que não sejam:

- Inventários;
- Activos provenientes de contratos de construção;
- Activos por impostos diferidos;
- Activos por benefícios de empregados;
- Activos financeiros que estejam no âmbito da NRF 16 – Instrumentos Financeiros;
- Propriedades de Investimento que sejam mensuradas pelo justo valor;
- Activos biológicos relacionados com a actividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos o custo estimado no ponto de venda;
- Activos não correntes classificados como detidos para venda de acordo com a NRF 8 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.

Também é preciso realçar que esta norma aplica-se a activos que sejam escriturados pela quantia revalorizada, ou seja, ao justo valor de acordo com outras Normas, tais como o modelo de revalorização da NRF 7 – Activos Fixos Tangíveis<sup>7</sup>.

### **1.2.2. Definições<sup>8</sup> dos Termos Relacionados com a NRF 17**

---

<sup>7</sup> São itens tangíveis que sejam detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para fins administrativos, e se espera que sejam usados durante mais do que um período (Almeida, 2009).

<sup>8</sup> SNCRF (Almeida, 2009).

Consideramos, neste tópico destacar algumas definições que achamos convenientes para a compreensão da NRF 17.

Quanto às definições, diversos termos são utilizados nesta norma com significados específicos. Assim, destacando-os, podemos entender por:

- **Activos “corporate”**

Activos excepto trespasse que contribuam para os fluxos de caixa futuros de várias unidades geradoras de caixa.

- **Custos com a alienação**

Custos incrementais directamente atribuíveis à alienação de um activo ou UGC, excluindo custos de financiamento e gastos de impostos sobre o rendimento.

- **Depreciação (Amortização)**

A imputação sistemática da quantia depreciável de um activo durante a sua vida útil.

- **Justo valor menos os custos de vender**

A quantia a obter da venda de um activo ou UGC numa transacção entre partes conhecedoras e dispostas a isso, sem qualquer relacionamento entre elas, menos os custos com a alienação.

- **Mercado activo**

Um mercado onde os itens negociados são homogéneos, onde podem ser encontrados em qualquer momento compradores e vendedores dispostos a comprar e vender ,e ainda, onde os preços estão disponíveis ao público.

- **Perda por Imparidade**

O excedente da quantia escriturada de um activo, ou de uma UGC, em relação à sua quantia recuperável.

- **Quantia escriturada**

A quantia pela qual um activo é reconhecido no balanço, após a dedução de qualquer depreciação / amortização acumulada e de perdas por imparidade acumuladas inerentes.

- **Quantia recuperável**

A quantia mais alta de entre o justo valor de um activo ou UGC menos os custos de vender e o seu valor de uso.

- **Unidade geradora de caixa**

O mais pequeno grupo identificável de activos que seja gerador de influxos de caixa e que seja em larga medida independente dos influxos de caixa de outros activos ou grupo de activos.

- **Valor de uso**

O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, que se espere surja do uso continuado de um activo ou UGC e da sua alienação no fim da sua vida útil.

- **Vida útil**

O período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para uso, ou ainda, o número de unidades de produção ou similares que uma entidade espera obter do activo.

### **1.2.3. Identificação de um Activo que possa estar com Imparidade**

Para identificar um activo com imparidade, de acordo a NRF 17, uma entidade deve avaliar em cada data de relato se há qualquer indicação que um activo possa estar com imparidade, e se assim for o caso, a entidade deve estimar a sua quantia recuperável.

A NRF 17 exige que independentemente de existir ou não qualquer indicação de imparidade, uma entidade deve testar anualmente:

- A imparidade de um activo intangível com uma vida útil indefinida ou um activo intangível ainda não disponível para uso comparando a sua quantia escriturada com a sua quantia recuperável. Este teste de imparidade pode ser efectuado em qualquer momento durante o período anual, desde que seja efectuado no mesmo momento de cada ano. Activos intangíveis diferentes podem ser testados quanto a imparidade em momentos diferentes. Contudo, se um desses activos intangíveis for inicialmente reconhecido durante o período anual corrente, esse activo deve ser testado quanto a imparidade antes do final do período corrente;
- E também, a imparidade do trespasse (goodwill)<sup>9</sup> Adquirido numa concentração de actividades empresariais<sup>10</sup>.

Segundo a NRF 17, uma entidade na apreciação da existência de indicadores de imparidade de um activo, deve considerar no mínimo as seguintes indicações retratadas no quadro seguinte, indicações essas que podem ser através de fontes externas e internas.

---

<sup>9</sup> Corresponde a benefícios económicos futuros resultantes de activos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos (Almeida, 2009).

<sup>10</sup> É uma concentração de actividades empresariais em que todas as entidades ou actividades empresariais concentradas são em última análise controladas pela mesma parte ou partes antes e após a concentração, sendo que o controlo não é transitório (Almeida, 2009).

**Tabela I**

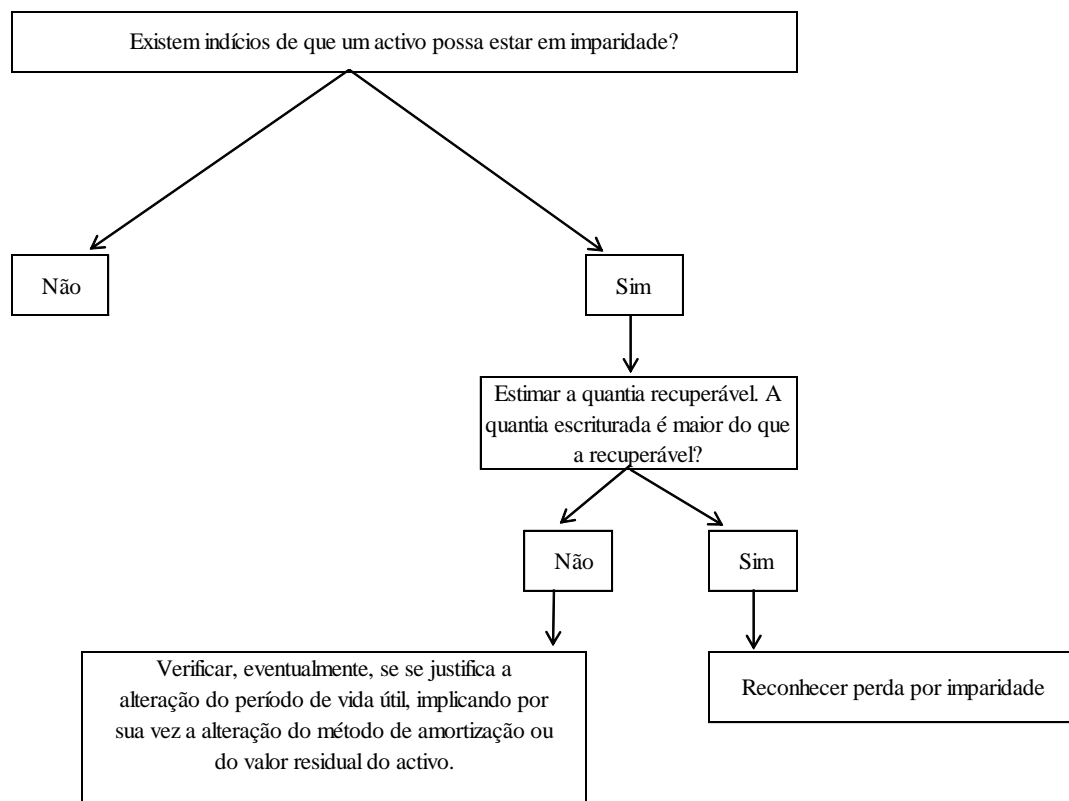
**Indicadores de Imparidade**

<b>Fontes</b>	<b>Indicações de informação</b>
<b>Fontes externas</b>	- Durante o período, o valor do mercado de um activo diminuiu significativamente mais do que seria esperado.
	- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o activo está dedicado.
	- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período.
	- A quantia escriturada dos activos líquidos da entidade é superior a sua capitalização de mercado.
<b>Fontes internas</b>	- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um activo.
	- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma que, um activo seja usado ou se espera que seja usado.
	- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um activo é, ou será, pior do que o esperado.

Fonte: Elaboração própria

E, ainda, a Norma diz que, se houver uma indicação de que um activo possa estar com imparidade, isto pode indicar que a vida útil remanescente, o método de depreciação ou o valor residual<sup>11</sup> do activo precisa de ser revisto e ajustado de acordo com a Norma aplicável ao activo, mesmo que não seja reconhecida qualquer perda por imparidade relativa a esse activo.

<sup>11</sup> É a quantia estimada que uma entidade obteria correctamente pela alienação de um activo, após dedução dos custos de alienação estimados, se o activo já tivesse a idade e as condições esperadas no final da sua vida útil (Almeida, 2009).



**Figura 2 - Indícios de Imparidade**

Resumindo, considera-se importante uma entidade avaliar o real estado do activo. Para identificar se o mesmo encontra-se com indícios de imparidade, deverá ter em consideração fontes externas e internas de informação.

#### **1.2.4. Mensuração da Quantia Recuperável**

A mensuração, segundo a EC do SNCRF (Almeida,2009) é entendida como o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devam ser reconhecidas e relatadas no balanço e na demonstração dos resultados.



Como já tínhamos mencionado anteriormente que a quantia recuperável é a quantia mais alta de entre o justo valor de um activo ou de uma UGC menos os custos de vender e o seu valor de uso, então, para esse efeito, é necessário ter em consideração o justo valor de um activo ou de uma UGC menos os custos de vender e o valor do uso do activo para evidenciar a quantia recuperável.

Para Costa e Alves (2005), o justo valor menos os custos de vender,” é a quantia que se obtém da venda de um activo ou de uma unidade geradora de dinheiro numa transacção normal entre as partes conhecedoras e interessadas, deduzida dos custos da alienação, os quais são os custos incrementais directamente atribuíveis á alienação, excluindo custos financeiros e impostos sobre os lucros”.

Considera-se então, para a determinação do justo valor de um activo ou de uma UGC menos os custos de vender e em conformidade com a NRF 17, que a melhor evidência será um preço num acordo de venda vinculativo numa transacção entre partes sem qualquer relacionamento entre elas, ajustados para custos incrementais que seriam directamente atribuíveis á alienação do activo.

Quanto ao valor de uso do activo, e de acordo com Costa e Alves (2005), o valor de uso “é o valor presente (actual ou descontado) dos fluxos da caixa futuros que se espera que resultem do activo ou da unidade geradora de dinheiro”.

Considerando esta definição, então, para a sua determinação, e em conformidade com a NRF 17, devem ser reflectidos no cálculo do valor do uso de um activo os seguintes elementos:

- Uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do activo;
- Expectativas acerca de variações possíveis na quantia ou na tempestividade desses fluxos de caixa futuros;
- O valor temporal do dinheiro, representado pela taxa corrente de juro sem risco de mercado;
- O preço de suportar a incerteza inerente ao activo;

- Outros factores, tais como a falta de liquidez, que os participantes no mercado poderiam reflectir na valorização dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do activo.

A determinação do valor de uso de um activo, de uma UGC ou de uma entidade envolve julgamento e complexidade. A IAS 36<sup>12</sup> é uma norma de difícil aplicação por causa deste cálculo (Rodrigues, 2005).

#### **1.2.5. Reconhecimento e Mensuração de uma Perda por Imparidade**

Segundo a NRF 17, só é reconhecida uma perda por imparidade quando a quantia escriturada do activo exceder a sua quantia recuperável.

Quando a perda por imparidade for superior a quantia escriturada, deve-se reconhecer um passivo, isto se, tal for exigido por outra norma.

Uma perda por imparidade de um activo deve ser logo reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento da perda, o encargo com a depreciação do activo deve ser ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do activo, menos o seu valor residual (caso exista) numa base sistemática ao longo da restante vida útil desse activo.

#### **1.2.6. Unidades Geradoras de Caixa**

Segundo a NRF 17, a quantia recuperável deve ser estimada para o activo individual caso exista indicação de que um activo possa estar com imparidade. Caso, não for possível estimar a quantia recuperável do activo individual, a norma exige que, uma entidade deve determinar a quantia recuperável da UGC à qual o activo pertence. Essa

---

<sup>12</sup> Norma da IASB que trata sobre imparidade de activos.

tal UGC como definido anteriormente, é o grupo mais pequeno de activos que inclui o activo e que gera influxos de caixa que sejam em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros activos ou grupo de activos.

As UGC devem ser identificadas de forma consistente de período para período para o mesmo activo ou tipo de activos, a não ser que uma alteração seja justificada.

### **1.2.7. Reversões de Perdas por Imparidade**

De acordo com a NRF 17, quando à data de cada relato financeiro exista algum indicador que uma desvalorização (perda por imparidade) reconhecida em anos anteriores relativamente a um activo (com excepção do “goodwill”) possa já não existir ou tenha diminuído, deve a entidade estimar a sua quantia recuperável e proceder aos respectivos ajustamentos.

As reversões de uma perda por imparidade são feitas a activos individuais, a UGC, mas não para o *goodwill*.

Relativamente a reversão de uma perda por imparidade de um activo individual, considera-se o seguinte:

- O aumento da quantia escriturada do activo que não o *goodwill*, devido à reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a anterior quantia escriturada (líquido de amortização ou depreciação) se não tivesse ocorrido nenhuma perda por imparidade em anos anteriores;
- A reversão de perdas por imparidade de activos, que não o *goodwill*, deve ser reconhecida imediatamente nos resultados, a não ser que o activo esteja escriturado pela quantia revalorizado segundo uma outra norma ( por exemplo, o modelo de revalorização da NRF 7- AFT ). Neste caso, qualquer reversão da perda por imparidade de um activo revalorizado deve ser tratada como um acréscimo de revalorização de acordo com as disposições dessa outra norma.

Quanto à reversão da perda por imparidade de uma UGC, a NRF 17 especifica o seguinte:

- A reversão de perdas por imparidade de uma UGC deve ser imputada aos activos da unidade, que não o trespasse (goodwill), numa base pró rata em relação às quantias escrituradas desses activos;

- ao imputar essa reversão para uma UGC, a quantia escriturada de um activo não deve ser aumentada acima de mais de entre a sua quantia recuperável e a quantia escriturada que seria determinada se nenhuma perda por imparidade tivesse reconhecida no activo em períodos anteriores.

É importante também realçar que as amortizações do activo devem ser ajustadas em períodos futuros, com base numa nova quantia recuperável.

Concluimos que à semelhança das perdas por imparidade, uma entidade deve considerar as indicações para a reversão das perdas provenientes de fontes externas e de fontes internas, mas, de sentido oposto.

Segundo Borges, Rodrigues e Rodrigues (2005), “a reversão de perdas por imparidade é tratada da mesma forma que as perdas por imparidade, mas, de sentido inverso”.

#### **1.2.8. Divulgação**

Os utentes de relato financeiro, tais como, investidores actuais e potenciais, trabalhadores, fornecedores, clientes, Governo e as demais pessoas interessadas na empresa, utilizam e necessitam das demonstrações financeiras (Balanço, Demonstração dos resultados, Anexo e outros) para os auxiliarem na tomada de decisão.

Segundo Baptista e Dias (1997), “o principal objectivo das demonstrações financeiras é o de dar informações acerca da empresa aos potenciais interessados.

Para o efeito, é indispensável definir um corpo coerente de conceitos, princípios e regras de procedimento disciplinadores da sua elaboração<sup>13</sup>, com características de credibilidade, clareza e comparabilidade”.

Já, os autores, Borges, Rodrigues e Rodrigues (2003), demonstram que os objectivos das demonstrações financeiras “são os de proporcionar informações acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações da posição financeira de uma entidade, que sejam úteis ao conjunto de utentes para a tomada de decisões”.

Então, considerando esses objectivos, os relatos sobre a perda por imparidade também devem ser claros.

Para a divulgação, a NRF 17 requer que para cada classe de activos sejam divulgadas as perdas por imparidade reconhecidas na demonstração de resultados durante o período e as rubricas de gastos em que essas perdas foram registadas, reversões de perdas por imparidade reconhecidas na demonstração dos resultados durante o período e as rubricas da demonstração dos resultados em que essas perdas foram revertidas, as perdas por imparidade em activos revalorizados que tenham sido reconhecidos directamente no capital próprio e as reversões de perdas por imparidade em activos revalorizados que tenham sido reconhecidos directamente no capital próprio.

Sempre que os valores das perdas por imparidade reconhecidos ou revertidos sejam material, deve-se divulgar:

- Os eventos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento ou reversão da perda por imparidade;
- Os valores das perdas por imparidade reconhecidos ou revertidos;
- A natureza do activo;
- Para uma UGC, descrever a maneira corrente e anterior de agregar activos e os motivos de alterar a maneira como é identificada a UGC.
- Se a quantia recuperável do activo (UGC) é o seu justo valor menos os custos de vender ou o seu valor de uso;

---

<sup>13</sup> Estes são os PCGA, ou seja, princípios contabilísticos geralmente aceites.

- Se a quantia recuperável for o justo valor menos os custos de vender, a base usada para determinar o justo valor menos os custos de vender;
- Se a quantia recuperável for o valor do uso, a taxa de desconto usada na estimativa corrente e anterior do valor de uso.

### 1.2.9. Comparação SNCRF vs PNC

Neste tópico, vamos comparar num quadro o actual SNCRF e o PNC em relação à conta de perdas por imparidade.

**Tabela II**

#### SNCRF vs PNC

SNCRF		PNC	
Conta	Nome de conta	Conta	Nome de conta
65	Perdas por imparidade	68	Amortizações e reintegrações do exercício
		69	Provisões do exercício
		82	Resultados extraordinários de exercício
655	Em activos fixos tangíveis	826	Amortização e reintegrações extraordinárias
656	Em activos intangíveis	683	De imobilizações incorpóreas
		826	Amortizações e reintegrações extraordinárias

Fonte: SNCRF

Como já tinha sido observado, segundo Almeida (2009), o conteúdo da conta 65, Perdas por imparidade, estava ramificado por diferentes contas do 1º grau, nomeadamente da 68 (Amortização e reintegrações do exercício), 69 (Provisões) e 82 (Resultados extraordinários do exercício).

## **CAPÍTULO II. ESTUDO EMPÍRICO**

### **2.1. Enquadramento**

Para a realização desse estudo, partimos do pressuposto de que aquando da introdução da NRF 17 no SNCRF, os que lidam com a contabilidade, quer de forma directa ou indirecta necessitam de informação e de formação no que diz respeito a essa norma.

Neste sentido, achamos conveniente realizar este estudo para analisar os possíveis impactos decorrentes da aplicação da NRF 17 a fim de extrair conclusões tais como:

- Proporção de empresas que aplicam a NRF 17;
- Proporção e nível de empresas preparadas para a aplicação da norma;
- Nível de preparação dos contabilistas para a aplicação da norma;
- Impacto da aplicação da NRF 17.

### **2.2. Metodologia**

Para este estudo foi utilizado uma população de 90 (Noventa) empresas de contabilidade existentes na ilha de Santiago, o que corresponde aproximadamente a 68 % das empresas deste sector em Cabo Verde, donde foi retirado uma amostra de 41 empresas, conforme tabela abaixo:



**Tabela III**

**Dimensão da População e Amostra**

Ilha	População		Amostra
	Nº de Empresas	Percentagem	
Boavista	1	0,75%	0
Fogo	2	1,50%	0
Sal	15	11,28%	0
<b>Santiago</b>	<b>90</b>	<b>67,67%</b>	<b>41</b>
Santo Antão	1	0,75%	0
São Vicente	24	18,05%	0
Total	133	100,00%	41

Fonte: INE

Para a determinação da dimensão da amostra foram definidos os seguintes critérios:

- **Nível de confiança:** 95% e um valor de  $Z=1,96$
- **Erro amostral aceitável:** 5%.
- **Amostragem aleatória simples para as populações finitas:**  $n = \frac{\hat{p}\hat{q}}{\frac{B^2}{Z^2} + \frac{\hat{p}\hat{q}}{N}}$
- **Factor de correcção da dimensão amostral para  $n/N > 0,05$ :**  $n_{CPF} = \frac{n \cdot N}{n + (N - 1)}$

Com,

$n$ = proporção na amostra

$N$ = dimensão da população estatística;

$\hat{p}$  = Proporção na amostra;

$\hat{q}$ = Probabilidade do insucesso;

$B$ = Amplitude máxima de erro para obter uma estimativa da média da população

$Z$ = Valor da distribuição normal para um determinado grau de confiança para a estimativa.

Posteriormente a definição da amostra foi aplicado um questionário fechado dirigido às empresas descritas acima, com o objectivo de identificar os possíveis impactos decorrentes da aplicação da NRF 17.

Para o tratamento de dados recorremos ao programa estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 15.0. Facilitando a análise dos dados, apresentamos os resultados através de quadros e gráficos, em valores absolutos e relativos.

### 2.3. Resultado e análise

- **Proporção de empresas que aplicam a NRF 17;**

**Tabela IV**

**Proporção das Empresas que aplicam o NRF 17**

	Frequência	Frequência Relativa	Frequência Acumulada
Menos de 25%	11	26,7	26,7
25% a 50% das empresas	11	26,7	53,3
50% a 75% das empresas	12	30,0	83,3
Não aplicam	7	16,7	100,0
Total	41	100,0	

Quando questionado sobre a proporção das empresas que aplicam a NRF 17, 16,7% afirmam que não, enquanto 30% de entre 50 a 75% das empresas consideram a sua aplicação. No entanto, constatamos que cerca de 53,3% alegam que menos de 50% das empresas a aplicam.

**Tabela V**

**Identificação de ativos com imparidades**

		Frequência	Frequência Relativa	Frequência Acumulada
Valid	Sim	23	68,00%	68,00%
	Não	11	32,00%	100,00%
Total		34	100,00%	

Das 83% das empresas que têm aplicado a NRF 17, verificamos que a maioria tem detectado activos com imparidades, ou seja 68%.

- **Proporção e nível das empresas preparadas;**

**Tabela VI**

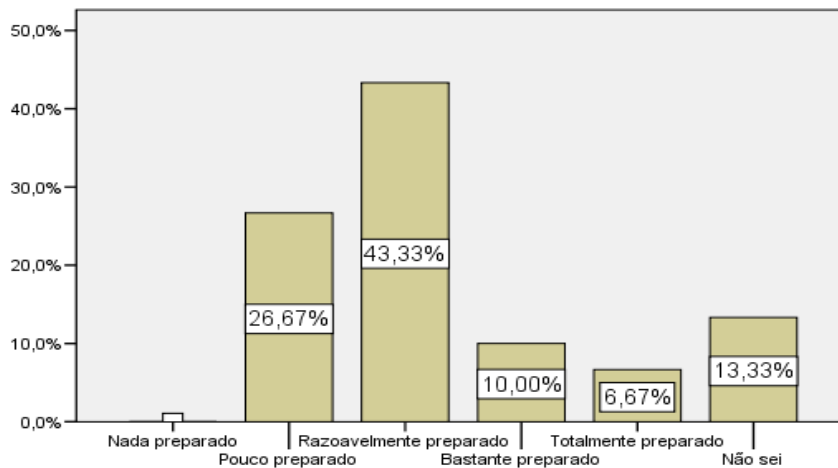
**Proporção de empresas preparadas**

	Frequência	Frequência Relativa	Frequência Acumulada
Menos de 25%	15	36,7	36,7
25% a 50% das empresas	16	40,0	76,7
50% a 75% das empresas	5	13,3	90,0
Não Sei	4	10,0	100,0
Total	41	100,0	

De acordo com 36,7% dos inquiridos, existe menos de 25% das empresas que estão preparadas para aplicar a NRF 17. No entanto, 40% dos inquiridos acreditam que essa percentagem é um pouco maior e que são 25 a 50% das empresas. Salienta-se ainda, que existe um grupo pequeno de inquiridos (13,3%) que acredita que essa proporção é de 50 a 75%.

**Gráfico I**

**Nível de preparação das empresas**

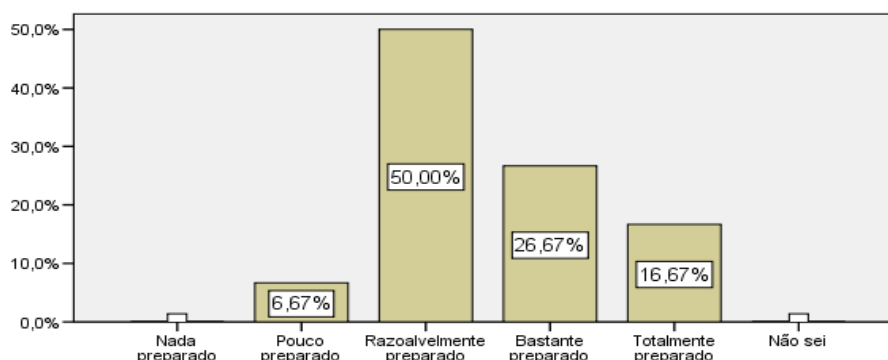


Esta condição é confirmada quando questionados sobre o nível de preparação destas empresas para a aplicação da norma, onde se constata que a minoria dos inquiridos afirmam que estão bastante preparados ou totalmente preparados (16,67%), contrapondo com 43,3% dos inquiridos que consideram que as empresas estão razoavelmente preparados. Patenteia-se ainda que nenhum dos inquiridos afirma que as empresas não estão preparadas.

- **Nível de preparação dos contabilistas para a aplicação da norma;**

**Gráfico II**

**Nível de preparação dos Contabilistas**



No que diz respeito ao nível de preparação, 50% dos inquiridos alegam estar razoavelmente preparados e isso vem a condizer com o nível de preparação das empresas para a aplicação da NRF 17, já referidas no gráfico 1, o que nos levam a afirmar que tanto as empresas como os contabilistas estão razoavelmente preparados.

- **Impacto da aplicação da NRF 17;**

**Tabela VII**

**Impacto aplicação da NRF 17 nos ativos fixos tangíveis**

	Frequência	Frequência Relativa	Frequência Acumulada
Pouco impacto	1	3,3	3,3
Algum Impacto	14	33,3	36,7
Muito impacto	23	56,7	93,3
Sem opinião	3	6,7	100,0
Total	41	100,0	

Segundo 56,7% dos inquiridos, a aplicação da NRF 17 tem muito impacto nos activos fixos tangíveis e 33% defendem que tem algum impacto. Resultado semelhante também obteve-se ao analisar o impacto nos activos intangíveis, onde 30% afirmam que essa aplicação tem muito impacto, e cerca de 46% com algum impacto.

**Tabela VIII**

**Impacto aplicação da NRF 17 nos activos intangíveis**

	Frequência	Frequência Relativa	Frequência Acumulada
Nenhum impacto	3	6,7	6,7
Pouco impacto	4	10,0	16,7
Algum Impacto	19	46,7	63,3
Muito impacto	12	30,0	93,3
Sem opinião	3	6,7	100,0
Total	41	100,0	

Relativamente ao processo contabilístico, na generalidade os inquiridos consideram que a NRF 17 tem muito impacto nas diferentes fases do processo contabilístico, relativamente a reconhecimento, mensuração e divulgação.

**Tabela IX**

**Impacto da aplicação da NRF 17 nas fases do processo contabilístico**

		Frequência	Frequência Relativa	Frequência Acumulada
Mensuração	Algum Impacto	12	30	30
	Muito impacto	25	60	90
	Sem opinião	4	10	100
	<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	
Reconhecimento	Algum Impacto	18	43,3	43,3
	Muito impacto	19	46,7	90
	Sem opinião	4	10	100
	<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	
Divulgação	Pouco impacto	1	3,3	3,3
	Algum Impacto	14	33,3	36,7
	Muito impacto	18	43,3	80
	Sem opinião	8	20	100
	<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	

Entretanto, a mensuração destaca entre os inquiridos (60%), que a consideram como a fase onde se há maior impacto, seguindo-se depois, o reconhecimento com 46,7% e, por último, a fase da divulgação com 43,3%.

**Tabela X**

**Impacto da aplicação da NRF 17 na Qualidade das D.F**

	Frequência	Frequência Relativa	Frequência Acumulada
Muito negativo	4	10,0	10,0
Negativo	1	3,3	13,3
Positivo	22	53,3	66,7
Muito positivo	12	30,0	96,7
Não sei	1	3,3	100,0
Total	41	100,0	

No que tange à qualidade das DF, notamos que 53,3% dos inquiridos afirmam que a NRF 17 tem dado um contributo positivo.

## **CONCLUSÃO**

### **Conclusões Gerais**

Após o desenvolvimento deste trabalho, concluímos que menos de metade das empresas nacionais aplicam a NRF 17 e dos que tem aplicado a norma a maioria tem identificado activos com imparidade. Isso leva-nos a concluir que esta norma ainda não é aplicada na maioria das empresas.

Constatamos que, um número considerável das empresas estão razoavelmente preparadas para a aplicação da NRF 17 assim como os contabilistas.

Concluimos também que a aplicação da NRF 17 tem muito impacto tanto nos activos fixos tangíveis, nos activos intangíveis como nas fases do processo contabilístico e que essa aplicação tem dado um contributo positivo na qualidade das demonstrações financeiras.

É importante também frisar que, das que aplicam a norma, a sua maioria tem identificado activos com imparidade.

### **Contribuição do estudo para a comunidade profissional e académica**

Como já tínhamos referido anteriormente que a imparidade de activos é objecto de escassa investigação científica no nosso entender, então, achamos necessário debruçar sobre esse assunto de forma a contribuir para a sua maior investigação e compreensão. Deste modo, achamos útil a realização deste trabalho para permitir que os interessados nessa matéria, quer os profissionais, quer a comunidade académica, tenham mais um instrumento de trabalho e estudo versado sobre a imparidade de activos.

Portanto, esperamos que este trabalho venha ser importantíssimo no seio académico e profissional.

### **Limitações encontradas no desenvolvimento deste TFC**



Para a realização do nosso trabalho tivemos várias limitações desde o seu início até ao seu término.

No seu início, tivemos a noção de dificuldade que iríamos encontrar devido ao facto de existirem poucos estudos relacionados com imparidade de activos e também da escassez da bibliografia o que nos dificultou muito aquando da sua realização.

No seu término, destacamos o facto de que tanto a população como a amostra que definimos não iriam proporcionar uma resposta mais abrangente, o que nos levaria a extrair melhores conclusões.

Destacamos também, o factor tempo, as dificuldades financeiras, a não-aceitação e devolução dos questionários por parte de muito das empresas onde estes foram encaminhados, e etc.

### **Recomendações e sugestões para trabalhos futuros**

Com base nas limitações anteriormente referidas, elaboramos algumas recomendações de forma a serem utilizadas em estudos futuros relacionadas com esta área de investigação, tais como:

- A realização de um estudo mais aprofundado quanto aos impactos decorrentes da aplicação da NRF 17;
- Um estudo desse tema com caso prático;
- A problemática da imparidade no sector bancário.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Rui. - O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro – SNCRF de Cabo Verde: AFT- Edições Técnicas, 2009.

ALMEIDA, Rui M. P.; ALMEIDA, Maria do Céu; DIAS, Ana Isabel; ALBUQUERQUE, Fábio; CARVALHO, Fernando; PINHEIRO, Pedro.- SNC (Casos Práticos e exercícios resolvidos). Portugal: ATF-Edições Técnicas,2010. ISBN: 978-989-96412-1-1

BORGES, António; RODRIGUES, Azevedo; MORGADO, José.- Contabilidade e Finanças para a Gestão. Lisboa: Áreas Editora, 2002. ISBN: 972-8472-36-6

BORGES, António; RODRIGUES, Azevedo; RODRIGUES, Rogério.- Elementos de Contabilidade Geral. 22ª ed: Áreas Editora, 2005. ISBN: 972-8472-74-9

BORGES, António; RODRIGUES, Azevedo; RODRIGUES, Rogério.- Elementos de Contabilidade Geral. 21ª ed. Lisboa: Áreas Editora, 2005. ISBN: 972-8472-51-X

BAPTISTA, Fernando M.; DIAS, Maria J.- Contabilidade Geral (Caderno de Apoio). Lisboa: Unversidade Aberta, 1997. ISBN: 972-674-210-2

BORGES, António; FERRÃO, Martins.- A contabilidade e a prestação de Contas. 8ª ed: Editora Rei dos Livros, 2000. ISBN: 972-51-0935-X

COSTA, Carlos B.; ALVES, Gabriel C.- Contabilidade Financeira. 5ª ed. Lisboa: Publisher Team, 2005. ISBN: 989-601-012-9

Código das Empresas Comerciais e Registo de Firmas. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 2003.

MORAIS, Ana I.; LOURENÇO; Isabel C.- Apresentação das Demonstrações Financeiras (Interpretação e Aplicação da NIC 1): Publisher Team, 2003. ISBN: 989-601-000-5

NABAIS, Carlos; NABAIS, Francisco.- Prática Contabilística 1. 3ª ed Actualizada e Aumentada: Lidel- Edições Técnicas, 2005. ISBN: 972-757-372-X

RODRIGUES, JOÃO.- Adopção em Portugal das Normas Internacionais de Relato Financeiro. 2ª ed. Lisboa: Áreas Editora, 2005. ISBN: 972-8472-00-0

SANTOS, José G.- Contabilidade Financeira (Manual de Casos Práticos). Lisboa: Sociedade Editora, 2006. ISBN: 972-724-282-0

SILVA, Eusébio P.; JESUS, Tânia A.; SILVA, Cristina P.- Contabilidade Financeira (Casos Práticos): Letras e Conceitos, 2010. ISBN: 978-989-8305-02-2

SILVA, Eduardo S.- Normas Internacionais de Contabilidade (Da Teoria à Prática): Vida Económica, 2004. ISBN: 972-788-125-4

SILVA, Eduardo S.- Normas internacionais de Contabilidade (NIC), (Abordagem Teórica e Prática). Porto: Vida Económica, 2004. ISBN: 972-788-125-4

#### Monografias e Teses

CORREIA, Cláudio Daniel Nunes – A Imparidade em Activos Fixos: sua aplicação, mensuração e divulgação. Universidade de Aveiro. 2009. (Consult. 05 de Março de 2012). Disponível em WWW: < <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/1498/1/2009001054.pdf> >

MARTINS, Paulo Fernando – Imparidade de Activos E o Papel da Auditoria Interna. Universidade de Aveiro. 2010. (Consult. 05 de Março de 2012). Disponível em WWW: < <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/3538/1/4768.pdf> >

RIBEIRO, Irina Raquel Pinheiro – Impacto das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro nas Empresas Portuguesas, de acordo com a percepção dos TOC's. Universidade Técnica de Lisboa. Novembro de 2010.(Consult. 03 de Março de 2012). Disponível em WWW: < [http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2927/1/Trabalho%20Final%20Mestrado\\_Irina%20Ribeiro.pdf](http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2927/1/Trabalho%20Final%20Mestrado_Irina%20Ribeiro.pdf) >

## ANEXOS

### Questionário

1. Qual o nível de preparação dos contabilistas para aplicar a NRF 17? (assinale uma opção)

Nada	Pouco	Razoavelmente	Bastante	Totalmente	Não
Preparado	Preparado	Preparado	Preparado	Preparado	Sei
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. Qual o impacto da aplicação da NRF 17 na qualidade das Demonstrações Financeiras?

Muito	Negativo	Sem	Positivo	Muito	Não Sei
Negativo		Impacto		Positivo	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. Das empresas onde prestam serviços de contabilidade, aplicam a NRF 17?

☐ Não

☐ Sim.

4. Se a resposta for sim diga qual a proporção das empresas?

☐ Menos de 25%

☐ 25% a 50% das  
empresas

☐ 50% a 75% das  
empresas

☐ Mais de 75%

5. Essas têm identificado activos com imparidades?

☐ Não

☐ Sim.

6. Qual a proporção das empresas que estão preparadas para a aplicação da NRF 17?

☐ Nenhuma

☐ Menos de 25%

☐ 25% a 50% das empresas

☐ 50% a 75% das empresas

☐ Mais de 75%

☐ Não sei

7. Qual o nível de preparação destas empresas para a aplicação da NRF 17?

Nada Preparado	Pouco Preparado	Razoavelmente Preparado	Bastante Preparado	Totalmente Preparado	Não Sei
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. Qual o impacto da aplicação da NRF 17 nas seguintes fases do processo contabilístico?

	Nenhum Impacto	Pouco Impacto	Algum Impacto	Muito Impacto	Sem Opinião
Mensuração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reconhecimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Divulgação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. Qual o impacto da aplicação das NRF 17 nos seguintes elementos das Demonstrações Financeiras?

	Nenhum Impacto	Pouco Impacto	Algum Impacto	Muito Impacto	Sem Opinião
Activos Fixos Tangíveis	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Activos intangíveis	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>